

LEI Nº 3.977, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

***"Dispõe sobre a Reorganização Administrativa da
Estância Turística de Salto e dá outras
providências".***

LAERTE SONSIN JÚNIOR, Prefeito da Estância Turística de Salto, Estado de São Paulo, usando
das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Administração Direta e Indireta da Estância Turística de Salto.

Art. 2º. São objetivos da Reorganização Administrativa da Prefeitura da Estância Turística de Salto:

I - adequar os quadros de Direção e Assessoramento e Geral de Empregados da Prefeitura da Estância Turística de Salto e do Magistério, constantes das Leis Municipais nºs 2.810, 2.811, e 2.814, todas de 16 de maio de 2007, e 3.790, de 31 de outubro de 2019, à demanda crescente de serviços públicos por parte dos administrados e à projeção das necessidades do município para os próximos anos;

II - criar e extinguir órgãos na administração direta do Município, fixando suas competências de modo a alcançar maior eficiência da Administração Pública;

III - criar e transformar cargos em comissão, funções de confiança e funções gratificadas.

IV - consolidar a transição do modelo de administração burocrática ao de administração gerencial, com foco orientado no usuário e baseados em dados e evidências.

V - readequar os vencimentos dos professores, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde;

VI - introduzir mecanismos, ferramentas e instâncias de governança pública na administração municipal.

CÂMARA EST. TURÍSTICA SALTO-20-Set-2022-16:26-00715-1/2

Rosângela C. Mantovani Martins



VII - Implementar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

VIII – Implementação da agenda 2030.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 3º. Na aplicação desta Lei serão observados, além daqueles previstos no artigo 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios:

- I - da austeridade na criação de cargos e funções;
- II - da eficiência,
- III - da eficácia;
- IV - da efetividade;
- V - do planejamento.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º. Para fins desta Lei, consideram-se:

I - autonomia técnica: a competência para definir a orientação jurídica a ser apresentada ao Chefe do Poder Executivo, nos termos desta Lei, observadas as normas que regem a Administração Pública;

II - autonomia administrativa: a competência para, observadas as normas aplicáveis à Administração Pública Municipal em geral, definir seu respectivo regime de funcionamento, organizar seus serviços e órgãos bem como praticar os atos necessários à gestão de seus recursos financeiros, materiais e humanos, inclusive no tocante à administração de seu quadro próprio de Procuradores do Município;

III - autonomia financeira: a garantia de dotações orçamentárias próprias que permitam o pleno funcionamento do órgão.

IV - cargo em comissão: cargo público de livre nomeação e exoneração, de direção, chefia ou assessoramento dos órgãos superiores da administração municipal, assim considerados em razão da necessidade de especial relação de confiança entre o governante e o servidor, para que adequadamente sejam desempenhadas as funções inerentes à atividade predominantemente política.



V - cargo transformado: a criação de novo cargo, emprego público, função de confiança ou função gratificada, vinculada à extinção de um cargo preexistente do quadro, de forma a anular ou mitigar o impacto financeiro e orçamentário da nova despesa criada.

VI - função de confiança: espécie de função gratificada, atribuída a empregado efetivo do município que, por livre designação, exerça função de chefia, direção e assessoramento dos órgãos superiores da administração municipal, em razão da especial relação de confiança entre o governante e o empregado, para adequado desempenho das funções inerentes à atividade predominantemente política.

VII - função gratificada: função atribuída a empregado público, para o exercício de atividades de natureza extraordinária, precária e transitória, estranhas ao descritivo de seu cargo efetivo, como o desempenho de função de direção, chefia e assessoramento em órgãos subalternos, a participação em comissões, a função de agente da autoridade de trânsito, a responsabilidade técnica perante conselhos profissionais, a atuação como agente de contratação, a responsabilidade técnica pela execução de convênios ou perante o Tribunal de Contas.

VIII - órgão público: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;

IX - órgão independente: o Gabinete do Prefeito, órgão originário da Lei Orgânica do Município, representativo do Poder Executivo do Município, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, cuja atribuição é exercida pelo prefeito municipal.

X - órgãos autônomos: são aqueles localizados na cúpula da Administração Municipal, subordinados diretamente à chefia do executivo, gozando de autonomia administrativa, financeira e técnica, participando das decisões governamentais, sendo chefiados por agentes políticos.

XI - órgãos superiores: são os órgãos da Prefeitura que integram a alta administração do Município, por possuírem competências de articulação, coordenação, supervisão e controle de diretrizes político-governamentais, razão pela qual são dirigidos ou chefiados por ocupantes de cargos de provimento em comissão ou empregados de carreira designados para o exercício de função de confiança;

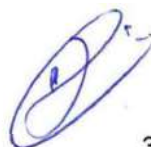
XII - órgãos subalternos: são os órgãos que não integram a alta administração do município, em razão de suas competências de cunho técnico, burocrático ou operacional, ou de média e baixa direção, chefia e assessoramento, sendo dirigidos ou chefiados por empregados efetivos da Prefeitura, exercendo função de confiança.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA

Art. 5º. Poderão ser promovidas por decreto as alterações na organização e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta que não acarretem:

- I - aumento de despesa;
- II - criação ou extinção de órgãos públicos;
- III - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos, ressalvada, contudo, a possibilidade de extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;
- IV - alteração das referências de remuneração dos cargos, funções ou empregos públicos.





Art. 6º. O decreto que definir a organização e o funcionamento dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta deverá contemplar:

- I - a estrutura organizacional e as respectivas atribuições das unidades subordinadas;
- II - as atribuições, a composição e a estrutura dos colegiados, quando couber;
- III - as referências de remuneração e os requisitos para provimento dos cargos de provimento em comissão, funções de confiança e funções gratificadas, previstos em Lei, e suas respectivas denominações e lotações.

Parágrafo único. Para a consecução do disposto no "caput" deste artigo, poderão ser objeto de alteração por decreto, desde que observadas a legislação vigente e a continuidade da prestação dos serviços públicos:

- I - a criação, a transferência entre órgãos da Administração Pública Municipal Direta, a renomeação, a alteração e a supressão de unidades e colegiados;
- II - a transferência entre órgãos da Administração Pública Municipal Direta, a renomeação e a alteração de lotação e detalhamento das competências dos cargos de provimento em comissão, funções de confiança e funções gratificadas.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Art. 7º. O Sistema de Governança Pública tem por finalidade estabelecer um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

Art. 8º. Integram o Sistema de Governança Pública:

- I - O Gabinete do Prefeito;
- II - A Secretaria de Governo;
- III - A Secretaria de Administração.
- IV - A Controladoria Geral do Município;

Art. 9º. São princípios da governança pública:

- I - capacidade de resposta;
- II - integridade;
- III - confiabilidade;
- IV - melhoria regulatória;
- V - prestação de contas; e
- VI - transparência.



VII - Governança em Rede

VIII- Participação popular na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;

IX- Inovação nos mecanismos de participação popular;

X- Basear-se em metas, indicadores e evidências;

Art. 10. São diretrizes da governança pública:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

II - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

IV - articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

VI - implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;

VII - avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

VIII - manter processo decisório orientado pelas evidências, metas e indicadores, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;

X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

XII – Estabelecer objetivos estratégicos e prioridades;

XIII – Desenvolver mecanismos de "benchmarking" para pesquisa e avaliação das práticas e das estratégias adotadas por outras organizações para melhoramento das nossas instituições;

Art. 11. São mecanismos para o exercício da governança pública:

I - liderança, que compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam:

- a) integridade;
- b) competência;
- c) responsabilidade; e
- d) motivação;

II - estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

III - controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança de que trata o caput incluirão, no mínimo:

- I - formas de acompanhamento de resultados;
- II - soluções para melhoria do desempenho das organizações;
- III - instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em dados e evidências; e
- IV - Desenvolvimento de indicadores para acompanhamento e tomada de decisões;

Art. 12. O Conselho de Governança tem por finalidade assessorar o Prefeito Municipal na difusão das diretrizes, na aplicação dos mecanismos e na condução da política de governança da administração pública municipal e é composto pelos seguintes membros:

- I - Secretário Municipal de Governo, que o coordenará;
- II - Secretário de Administração;
- III - Chefe de Gabinete do Gabinete do Prefeito Municipal;
- IV - Controlador Geral do Município;
- V - Ouvidor Geral do Município.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho de Governança serão convocadas pelo Prefeito Municipal e ocorrerão, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que necessário.



TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Seção I Da Estrutura Geral da Administração Direta

Art. 13. O artigo 3º da Lei nº 2.811, de 16 de maio de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A Administração Direta será composta pelos seguintes Órgãos Autônomos e seus órgãos subordinados:

- I - Gabinete do Prefeito;*
- II - Secretaria de Governo;*
- III - Secretaria de Assuntos Jurídicos;*
- IV - Secretaria de Administração e Governo Digital;*
- V - Secretaria de Finanças;*
- VI - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação;*
- VII - Secretaria de Desenvolvimento Urbano;*
- VIII - Secretaria de Obras e Serviços Públicos;*
- IX - Secretaria de Cultura;*
- X - Secretaria de Esportes e Lazer;*
- XI - Secretaria de Ação Social e Cidadania;*
- XII - Secretaria de Educação;*
- XIII - Secretaria de Saúde;*
- XIV - Secretaria de Defesa Social;*
- XV - Secretaria de Meio Ambiente;*
- XVI - Secretaria de Turismo;*
- XVII - Procuradoria Geral do Município.*

Parágrafo único. A estrutura geral da Prefeitura, bem como as estruturas específicas de cada órgão serão representadas nas tabelas 1 a 18 do ANEXO A."

Seção II

Da Atualização de Dispositivos e Anexos da Lei 2.811/2007

Art. 14. O ANEXO A, da Lei Municipal nº 2.811/2007, passa a vigorar conforme a redação do ANEXO A desta Lei.

Art. 15. O ANEXO B da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar conforme a redação do ANEXO B desta Lei.

Art. 16. A tabela única do ANEXO C passa a ser denominada "Tabela 1 - Das Referências Salariais dos Empregos Públicos da Administração Direta".

Art. 17. O ANEXO C da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar acrescido das tabelas 2, 3 e 4, com a redação dada pelo ANEXO C desta lei.

Art. 18. O *caput* do artigo 5º da Lei Municipal nº 2.811/2007 passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 5º. São atribuições comuns a todos os Secretários e Dirigentes dos Órgãos da Administração Direta:"

Art. 19. Passa a ser renumerado para § 1º o parágrafo único do artigo 3º da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Art. 20. O artigo 3º da Lei Municipal nº 2.811/2007 passa a vigorar acrescido do § 2º, com a seguinte redação:

"§ 2º. A classificação e competência dos órgãos da Prefeitura serão representadas nas tabelas 1 a 17 do ANEXO D."

Art. 21. A Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar acrescida do ANEXO D, com redação dada pelo ANEXO D desta Lei.

Art. 22. O artigo 9º da Lei Municipal nº 2.811/2007 passa a vigorar acrescido do § 2º, com a seguinte redação:

"Art. 9º O Quadro de Direção e Assessoramento da Prefeitura será instituído por essa Lei, bem como será representado nas tabelas 1 a 18 do ANEXO B."

Parágrafo único. Os empregos em comissão constantes do Quadro de Direção e Assessoramento integrarão jornada de 40 (quarenta) horas semanais, sem prejuízo da disponibilidade funcional que é característica do provimento em comissão."

Art. 23. A Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar acrescida do art. 10-A, com a seguinte redação:

"Art. 10-A. As atribuições e os requisitos de provimento dos cargos em comissão, funções de confiança e funções gratificadas serão representados nas tabelas 1 a 3 do ANEXO E"

Art. 24. A Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar acrescida do ANEXO E, cuja redação corresponde ao ANEXO E desta Lei.

CAPÍTULO II

DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Seção I

Das Competências do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 25. O artigo 16, da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar acrescido do inciso VI, com a seguinte redação:

"Art. 16..."

VI - desenvolver as atividades de controladoria e corregedoria do Município."

Seção II

Dos Órgãos que compõem o Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 26. O artigo 17, da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. São estruturas subordinadas ao GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL:

I - Chefia de Gabinete;

II - Controladoria Geral do Município;

III - Corregedoria Geral do Município;

IV - Ouvidoria do Município;

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Tarifas está vinculado ao Gabinete do Prefeito, como órgão colegiado."

Seção III

Da Competência dos Órgãos do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 27. O artigo 18, da Lei Municipal nº 2.811/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. São competências dos órgãos superiores e subalternos do Gabinete do Prefeito aquelas discriminadas na Tabela 1, do ANEXO D."

Art. 28. Ficam revogados os artigos 19, 20, 21 e 22 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção IV

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 29. O artigo 23 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. Compõem a estrutura do Gabinete do Prefeito, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções de confiança identificadas na tabela 1 do ANEXO B."

Seção V

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 30. O artigo 24 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro do Gabinete do Prefeito estão identificados no ANEXO E"

Art. 31. Ficam revogados os artigos 25, 26, 27 e 28 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO III

SECRETARIA DE GOVERNO

Seção I

Da Finalidade da Secretaria de Governo

Art. 32. O artigo 29 da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. A Secretaria de Governo tem por finalidade garantir ao Governo Municipal as interfaces políticas necessárias à sua relação com a imprensa, a sociedade civil e as instituições políticas. Bem como articular as metas, os indicadores, o planejamento estratégico e a intersetorialidade e articulação entre as secretarias municipais com o plano de governo do chefe do Executivo"

Seção II

Das Competências da Secretaria de Governo

Art. 33. Os incisos VI e VII do artigo 30 da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. (...)

(...)

VI - gerir a comunicação e a publicidade oficial da Prefeitura;

VII - editar e fazer publicar o Diário Oficial do Município."

Art. 34. Ficam revogados os incisos VIII e IX do artigo 30 da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007.

Seção III

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Governo

Art. 35. O artigo 31 da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. São estruturas subordinadas ao Secretário de Governo:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Assessoria Técnica e Legislativa, composta por:

a) Divisão de Imprensa Oficial;

b) Divisão de Processo Legislativo.

III - Departamento de Comunicação e Imprensa;

IV - Departamento de Relações Públicas e Institucionais, composto por:

a) Divisão de Apoio aos Conselhos Municipais;

b) Divisão de Planejamento e Integração;

V - Serviço de Atendimento ao Cidadão."

Seção IV

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Governo

Art. 36. O artigo 32 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE GOVERNO aquelas discriminadas na Tabela 2, do ANEXO D."

Art. 37. Ficam revogados os artigos 33, 34, 35 e 36 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007

Seção V

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Governo

Art. 38. O artigo 37 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE GOVERNO, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções gratificadas identificadas na tabela 2 do ANEXO B."

Seção VI

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Governo

Art. 39. O artigo 38 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Governo estão identificados no ANEXO E"

Art. 40. Ficam revogados os artigos 39 e 40 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO IV

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Art. 41. O Título IV da Lei 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a ser denominado "DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS".

Art. 42. A Secretaria de Negócios Jurídicos passa a ser denominada Secretaria de Assuntos Jurídicos.



Seção I

Da Finalidade da Secretaria de Assuntos Jurídicos

Art. 43. O artigo 41, da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. A Secretaria de Assuntos Jurídicos tem por finalidade apoiar o Município na elaboração de normas, regulamentos e manifestações unilaterais, bilaterais e multilaterais de vontade, emitir pareceres sobre questões relativas aos recursos humanos do Município e processos licitatórios, fazer o acompanhamento dos expedientes que tenham a municipalidade como parte ou interessada perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e pugnar pela aplicação correta na Lei no âmbito da Administração."

Seção II

Das Competências da Secretaria de Assuntos Jurídicos

Art. 44. O artigo 42, da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. São competências da SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

I - coordenar a definição de prioridades, diretrizes e normas no sentido de garantir os recursos e meios necessários à consecução das finalidades institucionais do Governo Municipal;

II - efetuar estudos e elaborar pareceres sobre assuntos que estejam sendo abordados pela Administração Municipal ou que sejam motivo de consulta específica por qualquer Secretaria ou Departamento municipal;

III - dar suporte e orientação, na sua esfera de competência, à Secretaria de Administração e Governo Digital no que se referir a procedimentos de administração de pessoal e de processos licitatórios;

IV - zelar pelo cumprimento das Leis, decretos e demais normas que regulamentam o funcionamento, os direitos e os deveres na Administração Municipal, manifestando-se sobre proposições e alterações da legislação municipal."

Seção III

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Assuntos Jurídicos

Art. 45. O artigo 43, da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento Jurídico, composto por:

a) Divisão de Apoio às Licitações e Contratos;

b) Divisão de Apoio à Gestão de Recursos Humanos;

c) Divisão de Apoio ao Convênio com a Fundação de Proteção e Apoio ao Consumidor - PROCON"

Seção IV

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Assuntos Jurídicos

Art. 46. O artigo 44 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS aquelas discriminadas na Tabela 3, do ANEXO D."

Art. 47. Ficam revogados os artigos 45 e 46 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção V

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Assuntos Jurídicos

Art. 48. O artigo 47 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções de confiança identificadas na tabela 3 do ANEXO B."



Seção VI

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Assuntos Jurídicos

Art. 49. O artigo 50 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Assuntos Jurídicos estão identificados no ANEXO E"

CAPÍTULO V

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL

Art. 50. O Título V da Lei 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a ser denominado "DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL".

Art. 51. A Secretaria de Administração passa a ser denominada Secretaria de Administração e Governo Digital.

Seção I

Das Competências da Secretaria de Administração e Governo Digital

Art. 52. O inciso XIV do artigo 52 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52..."

XIV - Desenvolver e garantir a implantação da infraestrutura de informática, redes, telecomunicações, transportes e suprimentos da Prefeitura."

Art. 53. O artigo 52 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar acrescido dos incisos XVI, XVII e XVIII, com a seguinte redação:

"Art. 52..."

XVI - especificar, orçar, formalizar e gerir os contratos de aquisição ou aluguel de equipamentos e prestação de serviços de informática, licenças, programas e sistemas, redes e telecomunicações da Prefeitura.

XVII - promover a gestão da qualidade no serviço público;

XVIII - estudar, planejar e executar os programas de desburocratização e desestatização do Município.



XIX - implementar os instrumentos de governo digital no âmbito da administração municipal.

XX - Oferecer serviços públicos digitais simples, intuitivos, consolidados em plataforma única e com avaliação de satisfação disponível;

XXI - Conceder acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais, para possibilitar o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais;

XXII - Promover a integração e a interoperabilidade das bases de dados governamentais;

XXIII - Promover políticas públicas baseadas em dados e evidências e em serviços preditivos e personalizados, com a utilização de tecnologias emergentes;

XXIV - Aprimorar a interação direta tecnológica entre governo e sociedade e ampliar e incentivar a participação social na criação e melhoria dos serviços públicos; "

Seção II

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Administração e Governo Digital

Art. 54. O artigo 53 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento de Governo Digital, Desburocratização e Transparência;

III - Departamento de Convênios e Planejamento das Contratações, composto por:

a) Divisão de Convênios;

b) Divisão de Estudos Técnicos Preliminares;

c) Divisão de Projetos e Especificações;

d) Divisão de Pesquisa de Preços;

IV - Departamento de Compras e Licitações, composto por:

a) Divisão de Compras;

b) Divisão de Licitações;

c) Divisão de Procedimentos Auxiliares e Chamamentos Públicos;

V - Departamentos de Contratos e Convênios Administrativos, composto por:

a) Divisão de Contratação;

b) Divisão de Gestão Contratual



VI - Departamento de Tecnologia da Informação, composto por:

- a) Divisão de Manutenção, Redes e Telecomunicações;
- b) Divisão de Processamento de Dados;
- c) Divisão de Inclusão Digital;

VII - Departamento de Recursos Materiais, composto por:

- a) Divisão de Almoxarifado;
- b) Divisão de Frota, Oficina e Abastecimento;
- c) Divisão de Zeladoria do Paço Municipal;

VIII - Departamento de Gestão de Pessoas, composto por:

- a) Divisão de Pessoal;
- b) Divisão da Casa do Servidor e SESMT;
- c) Divisão da Escola de Governo e Gestão Pública."

Seção III

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Administração e Governo Digital

Art. 55. O artigo 54 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL aquelas discriminadas na Tabela 4, do ANEXO D."

Art. 56. Ficam revogados os artigos 55, 56 e 57 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção IV

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Administração e Governo Digital

Art. 57. O artigo 58 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções de confiança identificadas na tabela 4 do ANEXO B."

Seção V

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Administração e Governo Digital

Art. 58. O artigo 24 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Administração e Governo Digital estão identificados no ANEXO E"

Art. 59. Ficam revogados os artigos 25, 26, 27 e 28 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO VI

SECRETARIA DE FINANÇAS

Seção I

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Finanças

Art. 60. O artigo 66, da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 66 São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento de Tesouraria, composto por:

a) Divisão de Contas a Pagar;

b) Divisão de Contas a Receber;

c) Divisão de Adiantamentos e Suporte Interno;

III - Departamento de Orçamento e Contabilidade, composto por:

a) Divisão de Orçamento;

b) Divisão de Contabilidade;

c) Divisão de Rendas Mobiliárias e Imobiliárias;

IV - Departamento de Administração Tributária, composto por:

a) Divisão de Auditoria Fiscal;

b) Divisão de Cadastro Imobiliário;

c) Divisão de Cadastro Mobiliário;



d) Divisão de Dívida Ativa.

Seção II

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Finanças

Art. 61. O artigo 67 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE FINANÇAS aquelas discriminadas na Tabela 5, do ANEXO D."

Art. 62. Ficam revogados os artigos 68 e 69 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção III

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Finanças

Art. 63. O artigo 72 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 72. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Finanças estão identificados no ANEXO E"

Art. 64. Ficam revogados os artigos 73 e 74 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO VII

DA SUBDIVISÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO

Art. 65. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo fica subdividida em dois órgãos autônomos:

I - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação;

II - Secretaria de Turismo.

Seção I

Da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação

Art. 66. O Título VII da Lei 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a ser denominado "DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO".

Subseção I

Da finalidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação

Art. 67. O artigo 75 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 75. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação tem por finalidade contribuir para a geração de emprego e renda, promoção do Desenvolvimento Sustentável econômico socialmente justo no Município, progresso tecnológico e promoção da inovação na economia local."

Subseção II

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação

Art. 68. O artigo 77 da Lei Municipal nº 2.811/2007, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Apoio a Novos Empreendimentos;

III - Departamento de Apoio ao Trabalhador.

Parágrafo único. Estão vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e a Comissão Municipal de Emprego."

Parágrafo único: Ficam revogados os incisos VII, VIII e IX, do art. 76, da Lei 2.811, de 16 de maio de 2007.

Subseção III

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação

Art. 69. O artigo 78 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 78. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO aquelas discriminadas na Tabela 6, do ANEXO D."

Art. 70. Ficam revogados os artigos 79, 80 e 81 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.



Subseção IV

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação

Art. 71. O artigo 84 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 84. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Inovação estão identificados no ANEXO E"

Art. 72. Ficam revogados os artigos 85, 86 e 87 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção II

Da Secretaria de Turismo

Art. 73. A Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar acrescida do TÍTULO XIV-C e dos artigos 167-D, 167-F, 167-G, com a seguinte redação:

"TÍTULO XIV-C

DA SECRETARIA DE TURISMO

Capítulo I

DA FINALIDADE

Art. 167-R. A Secretaria de Turismo tem por finalidade coordenar, controlar e executar a política municipal de turismo.

Capítulo II

DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE TURISMO

Art. 167-S. São competências da Secretaria de Turismo:

I - levantar dados e estatísticas, através de fontes primárias e secundárias, promover estudos, aplicar questionários, entre outras metodologias, de modo a quantificar e qualificar a demanda e oferta turística da cidade, e definir o perfil do turista local;

II - manter atualizado o inventário turístico da cidade e definir vocações para o produto turístico;

III - estabelecer, executar e avaliar políticas públicas voltadas à promoção do turismo;



- IV - revisar, atualizar e implantar o Plano Diretor de Turismo da Estância Turística de Salto;
- V - promover a estruturação e organização da cadeia produtiva do turismo, tendo em vista a profissionalização e a competitividade do turismo do Município;
- VI - estabelecer parcerias e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, voltados à promoção do turismo e eventos;
- VII - coordenar e apoiar o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;
- VIII - assistir e apoiar tecnicamente o COMTUR na administração do Fundo Municipal do Turismo - FUMTUR;
- IX - gerir os parques municipais e outros atrativos turísticos sob sua jurisdição;
- X - exercer outras atribuições correlatas e complementares em sua área de atuação;
- XI - contribuir para as políticas públicas para preservação do patrimônio turístico, histórico, cultural, natural e ambiental;
- XII - criar e promover as marcas vinculadas ao turismo local, para comercialização, exploração e serviços relativos ao turismo;
- XIII - participar de feiras e eventos destinados à promoção do turismo de Salto e órgãos setoriais.
- XIV - acompanhar os regulamentos e exigências do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos, do Governo do Estado de São Paulo, de modo a obter apoio, recursos e a manutenção do título de Estância Turística.
- XV - fomentar e coordenar a identificação, formulação, avaliação e promoção de projetos e empreendimentos que objetivem o aproveitamento das oportunidades do turismo receptivo.
- XVI - promover o turismo sustentável, incluindo a comunidade local e minimizando os impactos ambientais desta atividade econômica.
- XVII - desenvolver atividades e eventos que propiciem a divulgação do Município de Salto, tomando-o uma referência regional no campo do turismo.

Capítulo III

DA ESTRUTURA ESPECÍFICA

Art. 167-T. São estruturas subordinadas a SECRETÁRIO DE TURISMO:

- I - Gabinete da Secretaria;
- II - Departamento de Turismo, composto por:
- a) Divisão de Acompanhamento e Planejamento do Turismo;
- b) Divisão de Parques e Atrativos Turísticos.



SEÇÃO ÚNICA

DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DOS SEUS ÓRGÃOS

Art. 167-U. São competências dos órgãos superiores e subalternos da Secretaria de Turismo aquelas discriminadas na Tabela 16 do ANEXO D.

Capítulo IV

DO QUADRO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO

Art. 167-V. Compõem a estrutura da Secretaria de Turismo os empregos em comissão identificados na tabela 16 do ANEXO B.

Capítulo V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 167-W. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Turismo estão identificados no ANEXO E"

CAPÍTULO VIII

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Seção I

Das Competências da Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Art. 74. O inciso VI do artigo 89 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

VI - Desenvolver estudos e elaborar projetos de remodelação do sistema viário e dos logradouros públicos."

Art. 75. Modifica o inciso VII e adiciona os incisos VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV no artigo 89 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007:

(...)

VII - Formular as diretrizes técnicas sobre obras em vias públicas, examinando e autorizando em conjunto com o SAAE Salto, a ocupação e as obras nos leitos de vias públicas;

VIII - Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favela;

IX - Melhorar a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idoso;

X - Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis;

XI - Reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;

XII - Reduzir o impacto ambiental negativo per capita da urbanização do município;

XIII - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando a integração entre o planejamento municipal, regional e nacional;

XIV - aumentar substancialmente o número assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

Seção II

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Art. 76. O artigo 90, da Lei nº 2811 de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 90. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO:

I - Chefia de Gabinete;

II - Departamento de Supervisão do Uso e Ocupação do Solo;

III - Departamento de Planejamento e Projetos Urbanos;

IV - Departamento de Habitação;

V - Departamento de Mobilidade Urbana.

Parágrafo único. Está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano o Conselho do Plano Diretor."

Seção III

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Art. 77. O artigo 91 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO aquelas discriminadas na Tabela 6, do ANEXO D."

Art. 78. Ficam revogados os artigos 92 e 93 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção IV

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Art. 79. O artigo 96 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano estão identificados no ANEXO E"

Art. 80. Ficam revogados os artigos 97 e 98 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO IX

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Seção I

Das Competências da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Art. 81. Fica revogado o inciso IX do artigo 100 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção II

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Art. 82. O artigo 101 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento de Obras e Serviços Urbanos;

III - Departamento de Manutenção Urbana, composto por:

a) Divisão de Pavimentação;

b) Divisão de Terraplenagem;

c) Divisão de Manutenção Predial"

Art. 83. Fica revogado o parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção III

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Art. 84. O artigo 102 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS aquelas discriminadas na Tabela 8, do ANEXO D."

Art. 85. Ficam revogados os artigos 103 E 104 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção IV

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Art. 86. O artigo 105 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções gratificadas identificadas na tabela 8 do ANEXO B."

Seção V

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Art. 87. O artigo 107 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 107. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Obras e Serviços Públicos estão identificados no ANEXO E"

Art. 88. Ficam revogados os artigos 108 e 109 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO X

SECRETARIA DE CULTURA

Seção I

Da Finalidade da Secretaria de Cultura

Art. 89. O Título X, da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"TÍTULO X
DA SECRETARIA DE CULTURA"

Art. 90. O Artigo 110, da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 110. A Secretaria de Cultura tem por finalidade fomentar e preservar as manifestações culturais do nosso Município."

Seção II

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Cultura

Art. 91. O artigo 112, da Lei nº 2.811, de 16 de maio de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 112. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE CULTURA:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento de Cultura, composto por:

a) Divisão de Ação Cultural;

b) Divisão de Aparelhos Culturais;

III - Departamento de Eventos Culturais"

Seção III

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Cultura

Art. 92. O artigo 113 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 113. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE CULTURA aquelas discriminadas na Tabela 9 do ANEXO D."

Art. 93. Ficam revogados os artigos 114 e 115 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção IV

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Cultura

Art. 94. O artigo 116 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 116. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE CULTURA, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções de confiança identificadas na tabela 9 do ANEXO B."

Seção V

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Cultura

Art. 95. O artigo 118 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 118. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Cultura estão identificados no ANEXO E"

Art. 96. Ficam revogados os artigos 119 e 120 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO XI

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Seção I

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Esportes e Lazer

Art. 97. O artigo 123, da Lei nº 2.811, de 16 de maio de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 123. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento Administrativo, composto por:

a) Divisão de Logística do Esporte;

b) Divisão de Gestão de Praças Esportivas;

III - Departamento de Esportes e Lazer, composto por:

a) Divisão de Eventos e Competições Esportivas;

b) Divisão de Modalidades Esportivas;

c) Divisão de Lazer."

Seção II

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Esportes e Lazer

Art. 98. O artigo 125 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 125. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER aquelas discriminadas na Tabela 10 do ANEXO D."

Seção III

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento de Esportes e Lazer

Art. 99. O artigo 126 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções de confiança identificadas na tabela 10 do ANEXO B."

Seção IV

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Esportes e Lazer

Art. 100. O artigo 128 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 128. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Esportes e Lazer estão identificados no ANEXO E"

Art. 101. Fica revogado o artigo 129 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO XII

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Seção I

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Ação Social e Cidadania

Art. 102. O artigo 132 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132 São estruturas subordinadas ao Secretário de Ação Social e Cidadania:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento de Assistência e Inclusão Social, composto por:

a) Divisão de Proteção Básica;

b) Divisão de Proteção Especial;

c) Divisão de Programas e Projetos;

III - Departamento de Cidadania e Direitos Humanos."

Seção II

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Ação Social e Cidadania

Art. 103. O artigo 133 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 133. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA aquelas discriminadas na Tabela 11 do ANEXO D."

Art. 104. Ficam revogados os artigos 134 e 135 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção III

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Ação Social e Cidadania

Art. 105. O artigo 136 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções de confiança identificadas na tabela 11 do ANEXO B."

Seção IV

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Ação Social e Cidadania

Art. 106. O artigo 138 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 138. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Ação Social e Cidadania estão identificados no ANEXO E"

Art. 107. Ficam revogados os artigos 139 e 140 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO XIII

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Seção I

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Educação

Art. 108. O artigo 143, da Lei nº 2.811, de 16 de maio de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo único:

"Art. 143. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO:

I - Gabinete da Secretaria

II - Departamento Administrativo, composto por:

a) Divisão Administrativa;

b) Divisão de Manutenção e Conservação Predial;

d) Divisão de Apoio e Suporte em Tecnologia da Informação;

III - Departamento Pedagógico, composto por

a) Divisão de Orientação e Avaliação;

b) Divisão de Educação Infantil;

c) Divisão de Ensino Fundamental Anos Iniciais;

d) Divisão de Ensino Fundamental Anos Finais, EJA e Contabilidade;

e) *Divisão de Apoio à Gestão de Pessoas.*

IV - Departamento de Planejamento Educacional, composto por:

a) *Divisão de Planejamento de Vagas;*

b) *Divisão de Transporte Escolar;*

V - Departamento de Gestão do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado.

Parágrafo único. As unidades do Centro de Educação Municipal de Salto (CEMUS) estão subordinadas ao Secretário de Educação."

Seção II

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Educação

Art. 109. O artigo 144 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 144. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO aquelas discriminadas na Tabela 12 do ANEXO D."

Art. 110. Ficam revogados os artigos 145, 146, 147 e 148 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção III

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Educação

Art. 111. O artigo 149 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 149. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções de confiança identificadas na tabela 12 do ANEXO B."

Seção IV

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Educação

Art. 112. O artigo 151 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 151. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Educação estão identificados no ANEXO E"

Art. 113. Ficam revogados os artigos 152, 153 e 154 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO XIV - SECRETARIA DE SAÚDE

Seção I

Dos Órgãos que compõem a Secretaria de Saúde

Art. 114. O artigo 157 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 157. São estruturas subordinadas ao SECRETÁRIO DE SAÚDE:

I - Gabinete da Secretaria;

II - Departamento Administrativo da Saúde, composto por:

a) Divisão de Captação de Recursos e Convênios;

b) Divisão de Finanças;

c) Divisão de Logística e Manutenção;

d) Divisão de Transporte;

e) Divisão de Gestão e Planejamento;

f) Divisão de Apoio à Gestão de Pessoas;

III - Departamento de Atendimento à Saúde

a) Divisão de Regulação;

b) Divisão de Faturamento;

c) Divisão de Sistemas da Informação;

d) Ouvidoria da Saúde;

IV - Departamento de Atenção Básica;

V - Departamento de Atenção Especializada;

VI - Departamento Médico;

VII - Departamento de Vigilância em Saúde;

a) Divisão de Vigilância Epidemiológica;

b) Divisão de Vigilância Sanitária;

c) Divisão de Zoonoses;

d) Divisão de Endemias;

VIII - Departamento de Suporte Profilático e Terapêutico”

Seção II

Da Competência dos Órgãos da Secretaria de Saúde

Art. 115. O artigo 158 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 158. São competências dos órgãos superiores e subalternos da SECRETARIA DE SAÚDE aquelas discriminadas na Tabela 13 do ANEXO D."

Art. 116. Ficam revogados os artigos 159, 160 e 161 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

Seção III

Do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Saúde

Art. 117. O artigo 162 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 162. Compõem a estrutura da SECRETARIA DE SAÚDE, no Quadro de Direção e Assessoramento, os cargos em comissão e as funções de confiança identificadas na tabela 3 do ANEXO B."

Seção IV

Das Atribuições do Quadro de Direção, Chefia e Assessoramento da Secretaria de Saúde

Art. 118. O artigo 164 da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 164. As atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança que compõem o quadro da Secretaria de Saúde estão identificados no ANEXO E"

Art. 119. Ficam revogados os artigos 165, 166, 167, 167-A, 167-B e 167-C da Lei Municipal nº 2.811, de 16 de maio de 2007.

CAPÍTULO XV

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL